

XI COLUBHE

Comunicações Individuais

Eixo

**Espaço[s] de Intervenção
da História de Educação**

ID: 5

HISTOEDU: ESTABLECIENDO PUENTES DE COMUNICACIÓN Y COLABORACIÓN CIENTÍFICA HISTÓRICO-EDUCATIVA

Autor:

Andrés Payà Rico / Pablo Álvarez Domínguez

Filiação:

Universitat de València / Universidad de Sevilla (España)

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade realizar um balanço da importância da disciplina História da Educação na formação de professores e de outros profissionais de educação na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, entre a data da sua fundação (1985) e a implementação do Processo de Bolonha (2007). Iremos compreender a sua natureza dentro do quadro curricular dos vários cursos de formação de professores da ESEPP, bem como de técnicos de educação. Para tal, ocupamo-nos dos vários planos de estudos: conteúdos programáticos, orientações metodológicas, avaliação e bibliografia. Também nos interessa a análise da sua carga horária letiva, número médio de alunos por turma bem como o quadro de docentes que lecionaram a disciplina ao longo dos vários anos letivos.

Compreender o espaço curricular da História da Educação já tem sido objeto de estudo de investigações relativas a outras instituições de ensino superior português, mas nada então havia sido realizado para o ensino superior politécnico, permitindo-nos, assim, perscrutar pela primeira vez analogias ou assimetrias da importância desta área curricular nas duas vertentes de ensino superior em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de Professores, História da Educação, ESEPP

1. A MISSÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO (1985-2007)

A Escola Superior de Educação foi criada em 26 de dezembro de 1979 pelo Decreto-Lei 513-T/79, no âmbito da profunda mudança da política educativa portuguesa que institucionalizou a formação a nível superior de todos os professores e educadores, abrangendo a partir de então também os educadores de infância e os professores do ensino primário, com as implicações óbvias no respetivo estatuto e na dignificação da profissão.

A Escola Superior de Educação (ESE) está integrada desde 1985 no Politécnico do Porto (PP). Instalada em sede própria entrou em funcionamento no dia 1 de Outubro de 1985 (Decreto-Lei 46/85 de 22 de novembro).

Na sua origem, a missão da ESE/PP foi traçada em torno da formação inicial de educadores de infância e de professores do 1.º e do 2.º ciclo do Ensino Básico, mas os campos de intervenção da ESEPP foram-se alargando progressivamente até 2007, percorrendo a Formação Inicial, a Formação Contínua, a Profissionalização em Serviço (desde o ano letivo 1986/1987 até 2008/2009), a Formação Especializada e os Complementos de Habilitação (extintos depois do ano letivo 2006/2007).

2. DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO E ASPETOS METODOLÓGICOS

Esta investigação, que se insere na temática da história das disciplinas, traça uma metodologia análoga a outras investigações realizadas neste âmbito. Uma hermenêutica com as categorias como *identidade, presença, normas e finalidades, perfil docente e discente, perfil programático e materiais pedagógicos* com diversas variáveis analíticas (Santos, 2007a: 97). Assim, neste estudo foram definidas quatro categorias que estão organizadas com variáveis de acordo com os elementos que os planos de cursos e programas nos oferecem de forma explícita e também outros aspetos que resultam de uma análise interpretativa dessas fontes.

As quatro categorias circunscritas para recolha da informação relativa aos elementos explícitos nos programas e planos de estudo, foram traçadas da seguinte forma:

- Identidade – compreendendo as variáveis de denominação *simples, composta, substitutiva*; os objetivos de ensino *recorrentes e particulares*; o perfil docente, *formação inicial, formação especializada e formação de qualificação para o exercício de outras funções educativas*;
- Perfil programático – composto por bibliografia; e, seleção de conteúdos, com as variáveis *temática, espacial e temporal*;
- Presença – referindo-se ao regime de frequência, *obrigatória e optativa*; a forma de desenvolvimento, *anual, semestral ou módulo*; e, por fim, carga horária;

- Formas de organização – relativo às metodologias de ensino e recursos didáticos, *magistral* e *ativo*; formas de avaliação e instrumentos de avaliação utilizados na disciplina.

As variáveis das categorias de análise dos dados considerados mais complexos e que não se apresentam de forma clara nas fontes consultadas, exigindo a interpretação, foram definidas da seguinte forma:

- Identidade – matriz epistemológica, *histórica*, *histórico-filosófica*, *sociológica* e *psicológica*;

- Perfil programático – modalidades de avaliação, *contínua* e *sumativa*;

- Presença – pela análise da transdisciplinaridade e dos projetos integradores;

- Formas de organização – compreendendo o projeto pedagógico do curso a relação da disciplina com plano de estudos.

Do ponto de vista heurístico analisámos várias fontes: impressos (legislação relativa à criação dos cursos e organização dos planos de estudos da Escola Superior de Educação/IPP, Guias de Cursos, programas das disciplinas, provas de exame, testes de avaliação, trabalhos de alunos; Livros de Termos); digitais (bases de dados de histórico de cursos); manuscritos (Livros de Sumários); bibliografia (livros científicos, artigos).

3. A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1985-2007)

A História da Educação trata-se de uma disciplina que foi incluída em vários cursos da ESEPP entre os anos da fundação desta instituição e a emergência do Processo de Bolonha, sempre com um carácter obrigatório. A sua presença começou por ser incluída nos currículos dos cursos de Professores de Ensino Básico (PEB) e de Educadores de Infância. Depois prosseguiu, em 1989, para o curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar, sob a denominação de História da Educação Escolar em Portugal. Posteriormente, no ano letivo 1993/1994, com a criação do curso Ação Social Escolar, a disciplina intitula-se História Contemporânea da Educação. Com o nascimento das licenciaturas de Formação de Professores de 1.º ciclo do Ensino Básico e de Educação de Infância, encontra uma nova designação em Fundamentos Histórico-Políticos da Educação. Finalmente, a História da Educação também encontrou espaço curricular no curso de Complemento de Habilitação, designado por Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas em Administração Escolar e Administração Educacional.

3.1 PERCURSO DESCRITIVO DA NATUREZA DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A História da Educação surge nos planos de estudos dos cursos de Professores de Ensino Básico e de Educadores de Infância, como o Módulo I da disciplina Ciências

da Educação I, disciplina esta que era composta por vários Módulos (História da Educação e Política Educativa em Portugal; Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Metodologias de Investigação; Tecnologias e Comunicação Educativas; Metodologia de Trabalho de Projeto). Esta disciplina encontrava-se presente no 1.º ano destes planos de estudos, com um carácter anual e uma carga horária que começou por ser de 168h, depois vindo a decrescer para 116h e, ainda ulteriormente, para 105h. A partir do ano letivo 1999/2000 estes Módulos passam a denominar-se por Componentes e é alterada a designação, passando a chamar-se Componente História da Educação em Portugal. No ano letivo 2001/2002 a Componente adquire o nome de apenas História da Educação. Na prática, os vários Módulos ou Componentes da disciplina Ciências da Educação I eram verdadeiras disciplinas autónomas, uma vez que tinham objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação próprias que as autonomizava no conjunto da disciplina. Tal foi alvo de um progressivo descontentamento por parte dos alunos que desembocou em protestos no ano letivo 2004/2005 e que resultou numa reformulação da disciplina, diminuindo um pouco a carga horária de cada Componente e a História da Educação passou de 30h para 28h; a avaliação passou a ser feita apenas através da participação em aula e da realização de um trabalho com apresentação oral. Também procurou-se delinear formas de articulação disciplinar entre as Componentes, designadamente no projeto que os alunos desenvolviam na Componente de Metodologia de Trabalho de Projeto, o qual deveria integrar o máximo de contributos das várias Componentes na conceção de um projeto integrador.

A análise dos Programas e dos Sumários da Componente História da Educação nestes cursos PEB permitiu-nos chegar até aos seus objetivos, embora não tendo sido possível analisar para todo o período em estudo as duas situações e assim, fazer o cruzamento entre o que se lecionou e o que estava programado. Os objetivos, conteúdos e metodologia traçados nos Programas permaneceram sem alterações ao longo da existência desta Componente, ainda, que esta tenha sofrido alterações na sua designação. Os objetivos e conteúdos programáticos passavam sobretudo por desenvolver uma análise evolutiva do ensino em Portugal, recorrendo à perspetiva diacrónica desde a época pombalina até à emergência da Lei de Bases do Sistema Educativo, perspetivando criticamente as várias reformas educativas. Relativamente à metodologia, as aulas organizavam-se em sessões teórico-práticas, onde havia uma apresentação expositiva dos conteúdos, mas também apresentações de recessões críticas de textos, debates e apresentações de trabalhos de grupo, seguidos de discussão.

A avaliação foi sofrendo alterações ao longo da existência da componente História da Educação: até ao ano letivo 1998/1999, avaliação era composta pela realização e apresentação de trabalho de grupo ou individual, participação e teste escrito final; a partir do ano letivo 1999/2000, mantiveram-se os mesmos elementos de avaliação, embora o teste escrito só ocorreria caso a avaliação do trabalho não fosse positiva. Esta alteração deveu-se ao facto de procurar aliviar o trabalho que os alunos tinham na disciplina Ciências da Educação I. No entanto, no ano letivo

2002/2003 a avaliação volta a ser composta obrigatoriamente por todos estes parâmetros, concorrendo cada um deles em 50% para a nota final, sendo que a nota do teste escrito tinha de ser no mínimo de 10 valores para que o aluno pudesse ser aprovado. Porém, a partir do ano letivo 2003/2004, regressa-se ao modelo anterior face ao enorme descontentamento dos alunos em relação à exigência colocada na disciplina, sendo que a classificação final era calculada em 80% para a prova de avaliação presencial oral e trabalho escrito e 20% para a participação.

Pela análise dos Programas verificamos que a bibliografia recomendada manteve-se praticamente inalterada, tendo apostado em autores como Rómulo de Carvalho, Luís Albuquerque, Teresa Ambrósio, A. A. Banha de Andrade, António Cruz, Joaquim Ferreira Gomes, Rui Grácio, A. H. de Oliveira Marques, Maria Filomena Mónica, António Nóvoa, Filipe Rocha, António Cristovão Santos, Manuela Silva e Isabel Tamen; Luís Reis Torgal e o “Guide International des Systèmes d’Éducation” da UNESCO. Nos anos letivos entre 1996 e 2007, foram acrescentadas outros autores e obras: G. Avanzini; Alberto Ferreira; Roger Gal; Roger Gilbert; A. Léon; L. Luzuriaga; R. Berrio; “Réformes de L’Éducation: Expériences et Perspectives” da UNESCO.

Ao longo destes anos, a Componente História da Educação foi lecionada pelos docentes Irene Figueiredo⁹, Pedro Almiro Neves¹⁰, Manuel Loff¹¹ e Cristina Maia¹² respetivamente, sendo que os primeiros dois foram docentes responsáveis pela Componente em anos letivos que se foram alternando e também chegaram a lecioná-la, e os últimos dois são docentes que assumiram apenas a lecionação da Componente. Destes docentes, apenas um não tinha como formação de base a licenciatura em História, facto que pode ter tido influência na seleção e tratamento dos conteúdos programáticos, onde prevalecia a matriz epistemológica histórica.

Quanto à carga horária letiva, a Componente começou por ter 45 horas quando tinha a designação de História da Educação e Política Educativa em Portugal, ou seja, até ao ano letivo de 1998/1999, passando para 30 horas até ao ano letivo de 2003/2004 e, a partir da daí até à sua extinção no ano letivo 2006/2007, com 28

⁹ Maria Irene Figueiredo, doutora em Ciências da Educação, mestre em Educação com a Especialidade em Administração Escolar pela Universidade do Minho em 1993 e licenciada em Filosofia pela FLUP em 1978, é atualmente professora aposentada da ESEPP, tendo terminado a sua carreira como Professora Coordenadora sem Agregação.

¹⁰ Pedro Almiro Neves é licenciado em História pela FLUP (1973) e mestre em História Moderna pela mesma Faculdade (1996). Dedicou a sua carreira à formação de professores, primeiramente no ensino secundário e depois ao ensino superior, na ESEPP. Também lecionou no Instituto Superior da Maia, estando atualmente na sua Direção.

¹¹ Manuel Loff, licenciado em História pela FLUP (1986); Mestrado em História dos Séculos XIX e XX e doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), lecionou na ESE/IPP. Atualmente, é Professor Associado do [Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais](#) da FLUP.

¹² Cristina Maia, doutora em História (2011) pela FLUP; mestre em História Moderna pela mesma Faculdade (1996), licenciada em História (1990) pela FLUP, iniciou a sua atividade docente na ESEPP em 1996 onde se mantém até à atualidade como Professora Adjunta.

horas. A distribuição desta carga letiva era feita ao longo de um semestre, sendo 1 aula por semana.

Sobre o número de alunos inscritos, estes eram entre 20 a 25 alunos por variante dos cursos PEB, sendo que as turmas eram organizadas com duas variantes.

Também o curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar contava com a disciplina de História de Educação Escolar em Portugal com uma carga horária de 45 horas, numa tipologia de aulas teóricas. Já no curso de Ação Social Escolar, a disciplina adquire a designação de História Contemporânea da Educação. Apesar de este curso não estar ligado à formação de professores, a disciplina permaneceu com um conjunto de objetivos semelhantes aos outros cursos e os seus conteúdos também se aproximavam dos lecionados nos cursos PEB. As aulas decorriam sob o mesmo modelo metodológico, embora com um trabalho muito mais aprofundado no seu conteúdo, uma vez que a disciplina neste curso contava com 90 horas anuais. Também a avaliação era feita de forma semelhante à História da Educação, mas sempre com a obrigatoriedade de realização de dois testes escritos e dois trabalhos de grupo. Por fim, a disciplina era frequentada em média por 20 a 25 alunos.

Relativamente ao espaço curricular da História da Educação nas novas licenciaturas de Formação de Professores de 1.º ciclo do Ensino Básico e de Educação de Infância, que decorreram da alteração da LBSE, a disciplina passou a intitular-se Fundamentos Histórico-Políticos da Educação. Esta disciplina encontrava-se no 1.º ano de ambas as licenciaturas, fazendo parte da formação de âmbito educacional. A carga horária da disciplina era de 45 horas e assim manteve-se estável em todo o período de vigência destes cursos, sendo distribuída pelo 2.º semestre em 1 aula semanal. A docente responsável era Irene Figueiredo que a lecionou até ao ano letivo de 2000/2001 e, a partir de então, Cristina Maia assegurou a docência. Os objetivos e conteúdos da disciplina giravam em torno de dois grandes eixos: análise dos fundamentos das políticas públicas de educação através do conhecimento das fases de construção e implementação das políticas públicas, bem como o papel dos atores sociais, Estado e sociedade civil na modelação da política educativa; entendimento da política educativa na sua dialética com as ideologias dominantes de diferentes períodos históricos portugueses de forma compreender a Escola enquanto resultado de uma circunstância histórica num contexto político e social, sendo que para tal trabalhavam as diferentes reformas do ensino desde a época pombalina até à reforma educativa de 1986. Tudo isto tinha como grande intenção consciencializar os futuros professores e educadores para o papel que lhes cabe na modelação das políticas educativas. A metodologia desenvolvida nas aulas e a avaliação era semelhante à desenvolvida na História da Educação dos cursos PEB, sendo que relativamente às ponderações para a classificação, esta nunca sofreu alterações ao longo do período de existência da disciplina: 50% do teste escrito e 50% do trabalho de grupo. A bibliografia da disciplina continha um conjunto de obras que também já eram trabalhadas em História da Educação dos cursos PEB; outras como “A gestão do

Sistema Escolar” da Comissão de Reforma do Sistema Educativo e, ainda, novos autores como Irene Figueiredo e Eurico Lemos Pires.

Finalmente, o curso de Complemento de Habilitação, designado por Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas em Administração Escolar e Administração Educacional, também contou com a História da Educação no 1.º ano do seu plano de estudos. Mais uma vez a fundamentação da disciplina centrava-se principalmente no estudo da emergência e desenvolvimento da educação escolar enquanto instituição regulada, tutelada e administrada pelo Estado. Desta forma, a História da Educação foi organizada nos mesmos moldes que a Componente História da Educação nos cursos PEB, quer em termos de objetivos e conteúdos, quer na metodologia, avaliação e bibliografia. As únicas diferenças encontram-se na sua carga horária que é mais elevada, com 40 horas e, ainda, na sua avaliação que nunca sofreu alterações ao longo do tempo de lecionação desta disciplina, sendo sempre composta por um teste escrito e um trabalho de grupo, com ponderações repartidas em 50% para cada instrumento de avaliação.

3.2. IDENTIDADE, PERFIL PROGRAMÁTICO, PRESENÇA E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A denominação da disciplina trata-se de um elemento condicionante da sua identidade (Borges & Júnior, 2010). Para esta análise utilizou-se a tipologia de Santos (2007b): *simples* – *História da Educação*, “reveste um campo de estudo próprio” (Santos, 2007b) e expressa o caráter globalizante que pretende assumir; *composta*, sendo que esta denominação assume a organização espacial como referência; e *substitutiva* quando nos planos de estudo é apresentada por *Fundamentos da Educação*.

A denominação simples é a mais recorrente entre os cursos analisados, sendo identificada nos cursos de Professores do Ensino Básico de todas as variantes científicas. A designação de composta encontra-se apenas num dos cursos, o Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar (CESE), com o título de *História da Educação Escolar em Portugal*, sendo que a disciplina encontra no seu desenvolvimento programático a dimensão espacial centrada no contexto português. Já a tipologia de substitutiva surge nas licenciaturas de Formação de Professores de 1.º ciclo do Ensino Básico e de Educação de Infância com a designação de Fundamentos Histórico-Políticos da Educação.

Os objetivos e conteúdos programáticos apresentam de forma recorrente a análise da evolução histórica da educação, sobretudo centrada na realidade portuguesa, como forma de compreender a formação das várias políticas públicas de educação na sua dialética com as ideologias dominantes de diferentes períodos históricos, assumindo, assim, o processo educacional enquanto construção histórica. Em todos os corredores programáticos das várias disciplinas associadas à História da

Educação verifica-se a grande intenção de conhecer e analisar os principais momentos históricos do processo educativo português, do século XVIII ao século XX, com um grande objetivo de desenvolver o espírito crítico dos futuros profissionais em educação. A aposta centrou-se numa abordagem em que a organização cronológica é um ponto comum. Por outras palavras, um relato diacrónico com a preocupação de narrar factos históricos que realçam reformas educativas, onde a sua identidade é profundamente marcada por uma matriz epistemológica histórica. A dimensão espacial não está presente como critério na organização dos conteúdos programáticos, sendo que não temos em nenhuma situação, áreas programáticas como *A Educação em Roma, A Educação na Grécia ou A Educação no Ocidente*, já que os Programas centram exclusivamente o seu olhar na educação em Portugal. A organização temática por vezes acontece em tópicos dentro de determinadas épocas como *A Educação Infantil*, sendo que ocorre uma combinação entre o critério temporal e o critério temático. Sobre o perfil dos docentes da disciplina como elemento constitutivo da identidade desta, constatamos a predominância da formação em História como perfil académico (3 professores entre os 4 docentes da disciplina), seguido da Filosofia, certamente com influência na forma como foram selecionados os objetivos e conteúdos programáticos. O grau académico dos docentes foi sempre de Mestre durante o período de tempo que lecionaram a disciplina, tendo desenvolvido dissertações na área da Educação e da História da Educação. Também a bibliografia apresentada nos Programas é coerente com a prevalência de temas ligados à história da educação escolar portuguesa e, por último, com as poucas incursões sobre o pensamento educacional.

Quanto às metodologias de ensino, estas dividem-se entre a dimensão magistral e a dimensão ativa, com o desenvolvimento de debates, recensões críticas, apresentação e discussão de trabalhos. Pela análise de Programas e de Sumários podemos concluir que o ensino da História de Educação nos vários cursos da ESEPP foi organizado tendo por base os pressupostos de que o trabalho em pequenos grupos favorece a gradual intervenção autónoma e emancipatória, o crescimento pessoal, pela interação direta que provoca a necessidade de autoconhecimento e de compreensão de outros pontos de vista; que o valor da teoria, em formação, reside essencialmente na possibilidade da sua relação dialética com a prática. Assim, as aulas organizaram-se em sínteses e enquadramentos teóricos pelo professor; mas também em debates, partilha no grande grupo das discussões realizadas nos pequenos grupos; apresentação oral das reflexões escritas individuais e de trabalhos de pesquisa. Privilegiou-se a análise de documentos representativos de algumas questões abordadas no Programa; atividades de pequeno e médio grupo e respetivo acompanhamento dos trabalhos de grupo; apresentação oral de trabalhos realizados em grupo.

Em relação os recursos utilizados, era muito frequente a mobilização da tecnologia educativa da época, como projeção de acetatos e vídeos, facto que constatamos não apenas nos Programas, mas também a sua menção nos Sumários.

As modalidades de avaliação apresentam uma conjugação entre as vertentes contínuas e sumativa, com vários instrumentos de avaliação, sobressaindo o teste escrito e os trabalhos de pesquisa.

Em suma, a História da Educação encontra o seu caminho na formação de professores e técnicos de educação como forma de subsidiar a formação de profissionais para o exercício de funções docentes e de gestão escolar.

3.2.1. *A disciplina História da Educação entre a subsistência e a consolidação nos currículos*

Para delinear a condição disciplinar da História da Educação tivemos de nos debruçar na análise das condições de presença da disciplina nos currículos. Para tal, foram definidas as seguintes categorias (Borges & Gatti Júnior, 2010):

a) *consolidação*, quando a História da Educação é identificada como saber especializado, autónomo e reconhecido e, para isso, apresenta uma carga horária equilibrada em relação às restantes disciplinas curriculares. Os seus objetivos e conteúdos programáticos apresentam uma organização espaciotemporal global, numa perspetiva histórico-antropológica e construídos com uma base histórico-pedagógica, que propõe o estudo da educação pela história, havendo, assim, uma clara filiação a uma matriz epistemológica, geralmente, histórico-filosófica ou sociológica. Outro aspeto importante para a consolidação da disciplina é esta ter presença nos currículos de Cursos de Especialização ou de Pós-Graduação;

b) *secundarização*, onde ocorre uma especialização da História da Educação em áreas como a História da Educação Infantil, História da Educação de Jovens e Adultos, História da Educação Especial, sendo que a identidade da disciplina não é afeita à conceção de História da Educação. Nesta categoria encontram-se as organizações da disciplina numa matriz epistemológica de base psicológica;

c) *estabilização*, resulta de uma carga horária que é semelhante a outras disciplinas presentes nos currículos de cada curso, normalmente com uma carga horária igual ou superior a 120h, sendo os seus conteúdos baseados numa perspetiva tradicional de História e de Educação, não havendo uma filiação clara a uma ou outra matriz epistemológica, podendo ir desde uma perspetiva histórico-filosófica à psicológica, sem se saber reconhecer em nenhuma. A sua presença nos currículos acontece pela resistência e não pelo reconhecimento da sua relevância como área de formação;

d) *subsistência*, quando a disciplina já não encontra fundamentação para permanecer no currículo, caminhando para o desaparecimento total da disciplina.

Através do traçado destas categorias de análise, podemos situar a disciplina História da Educação na oscilação entre a **subsistência e a consolidação** nos cursos de formação inicial de professores e de educadores de infância e nos cursos de especialização e de qualificação para o exercício de outras funções educativas. O regime de oferta na disciplina encontra-se nos planos de estudos maioritariamente

em regime semestral, numa oscilação sobretudo entre as 30 horas e as 45 horas, tendo tido apenas no curso de Ação Social Escolar destaque de disciplina anual com uma carga horária de 90 horas. A disciplina História da Educação é obrigatória em todos os cursos aqui apresentados. Porém, verifica-se na atualidade que a disciplina passa por momento de ausência nos planos de estudos, facto que é sobretudo paradigmático no caso europeu que, a partir do Tratado de Bolonha, os cursos de formação de professores têm vindo a colocar a História da Educação em carácter de disciplina optativa. No caso da ESEPP, esta foi simplesmente extinta com a implementação do Processo de Bolonha na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, verificamos que a disciplina História da Educação apresenta alguma variação na sua denominação nos cursos da ESEPP. Já em relação à sua carga horária apresenta uma variação substancial entre os cursos de Professores do Ensino Básico (30h/28h) e os Professores do 1.º ciclo do Ensino Básico e Educação de Infância e nos cursos de qualificação para o exercício de outras funções educativas (45h), agravando-se essa variação quando introduzimos o curso de Ação Social Escolar, em que a disciplina apresenta uma carga horária de 90h, com um regime de frequência anual. Contudo, a oferta da disciplina é maioritariamente em carga horária baixa ou abaixo da média de outras disciplinas dos planos de estudos. De facto, podemos concluir que a disciplina História da Educação oscilou entre a subsistência e a consolidação: nos cursos de formação inicial de professores e de educadores de infância teve um período de alguma consolidação, mas que atualmente resultou no desaparecimento da disciplina; e nos cursos de especialização e de qualificação para o exercício de outras funções educativas o seu estatuto foi garantidamente de consolidação com uma plena autonomia e considerada de grande relevância nestes currículos.

Esta investigação permitiu-nos verificar que a História da Educação esteve sempre presente na formação de professores e educadores de infância na ESEPP desde a sua fundação até 2007, ano em que o Processo de Bolonha tomou conta das nossas instituições de ensino superior, o qual veio introduzir alterações substanciais da organização dos cursos. A disciplina resistiu às sucessivas alterações que se produziram no enquadramento legal da formação de professores entre 1986 e 2007, o que exigiu a organização de novos planos de estudos e novos cursos, nomeadamente com modificações introduzidas na Lei de Bases do Sistema Educativo português em 1997.

A disciplina História da Educação também se revelou importante em cursos de formação de profissionais para contexto escolar como Técnicos de Ação Social Escolar e na especialização de professores na qualificação para o exercício de outras funções educativas como é o caso da Administração Escolar e Administração Educacional.

A implementação do Processo de Bolonha teve enormes repercussões na redução das licenciaturas a 3 anos, conseqüentemente, na redução do número de ECTS nos cursos de formação de professores, como a licenciatura em Educação Básica, decorrente da nova legislação de formação de professores (Decreto-Lei 43/2007) e dos Mestrados Profissionalizantes. Foi neste novo quadro de formação de professores que a História da Educação foi completamente obliterada, quer do 1.º ciclo de estudos, quer do 2.º ciclo de estudos da formação de professores.

A História da Educação foi, ao longo da sua história como disciplina, sempre marcada pelas disputas de currículos, por vezes mesmo com um estatuto de apêndice da Filosofia da Educação (Warde, 1998). A sua secundarização nos currículos chegou a dar mais lugar a disciplinas como a Sociologia da Educação e a Psicologia da Educação e da Aprendizagem (Carvalho, 2005) e, no caso da ESEPP, desembocou na atualidade, numa total ausência nos cursos de formação de professores. No entanto, pela análise dos Programas conclui-se que a disciplina oferece um sólido contributo para o futuro profissional dos professores e dos educadores, através do desenvolvimento da sua capacidade crítica ao pensar historicamente a realidade educacional. Contudo, apesar destas finalidades da História da Educação encontrarem-se bem definidas nos Programas, estas não foram reconhecidas para a permanência da disciplina nos currículos da ESEPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE ARQUIVO

Alves, L. A. M.; Moreira, C. L. S. (jul./dez. 2014). O espaço curricular da História da Educação na Faculdade de Letras do Porto (1961-2013). *Cadernos de História da Educação*. Vol. 13, n. 2, 499-516.

Alves, L. A. M. (2012). *História da Educação – uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10021.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015, 16:20:30.

Alves, L. A. M.; Correia, L. G.; Felgueiras, M.; Pintassilgo, J. (2007). *A História da Educação em Portugal – balanço e perspectivas*. Porto: Edições ASA.

Borges, B. G.; Gatti Júnior, D. (2010). O ensino da História da Educação na Formação de Professores no Brasil Atual. *Revista HISTEDBR On-line*, 40, 24-28.

Carvalho, M. M. C. (2005). Considerações sobre o Ensino da História da Educação no Brasil. In D. Gatti Jr; G. Inácio Filho (Orgs.). *História da Educação em Perspectiva*. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações (pp. 33-46). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

Escolano Benito, A. (1994). La investigación historico-educativa y la formación de profesores. *Revista de Ciencias de la Educación*, 157, 55-69.

Gatti Jr, D. (2007). Percurso histórico e desafios da disciplina História da Educação no Brasil. In D. Gatti Jr.; J. Pintassilgo (Org.) *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação* (pp. 99-139). Uberlândia: EDUFU.

Gatti Jr, D. (2010) Aspectos teórico-metodológicos e da historiografia brasileira na temática da história das disciplinas escolares (1990-2008). In *Tempos e Espaços em Educação*. v. 1, n.1, 9-30.

Magalhães, J. (1998). Fazer e Ensinar História da Educação. *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga, Portugal, LUSOGRAFE. Universidade do Minho, 9-33.

Mogarro, M. J. (2007). A História da Educação nos Currículos de Formação de Professores: consolidar a História da Educação, pela construção de identidades. In J. Pintassilgo; L. A. Alves; L. G. Correia e M. Felgueiras (Orgs.) *A História da Educação em Portugal: balanços e perspectivas* (pp. 203-228). Porto: ASA.

Nóvoa, A. (1994). *História da Educação*. Relatório da disciplina História da Educação, apresentado no âmbito das provas para obtenção da agregação. [Impresso] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Nóvoa, A. (1996). História da Educação: percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica*. Lisboa, Portugal, 417-434.

Pintassilgo, J.; Mogarro, M. J.; Henriques, R. P. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

Santos, M. T. (2007a). Percurso e Situação do Ensino de História da Educação em Portugal. In D. Gatti Jr; J. Pintassilgo (Orgs.) *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação* (pp. 75-97). Uberlândia: EDUFU.

Santos, M. T. (2007b). Perfil da História da Educação: conflitos entre o empobrecimento efectivo e o potencial objectivo. In J. Pintassilgo; L. A. Alves; L. G. Correia e M. Felgueiras (orgs.) *A História da Educação em Portugal: balanços e perspectivas* (pp. 229-256). Porto: ASA.

Warde, M. J. (1998). Questões Teóricas e de Método: a História da Educação nos Marcos de uma História das Disciplinas. In D. Saviani; J. C. Lombardi; J. L. Sanfelice (orgs.) *História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual* (pp. 88-99). Campinas: Autores Associados, HISTEDBR.

PROGRAMAS

Programa de História da Educação e Política Educativa em Portugal (Módulo de Ciências da Educação I, cursos PEB) entre os anos letivos 1996/1997 e 1999/2000

Programa de História da Educação em Portugal (Componente de Ciências da Educação I, cursos PEB) dos anos letivos 2000/2001

Programa de História da Educação (Componente de Ciências da Educação I, cursos PEB) ente os anos letivos 2001/2002 e 2006/2007

Programa de História da Educação Escolar em Portugal (curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar) do ano letivo 1990/1991

Programa de História Contemporânea da Educação (curso Ação Social Escolar) do ano letivo 1999/2000

Programas de Fundamentos Histórico-Políticos da Educação (cursos Educação de Infância e Formação de Professores do 1.º ciclo) entre os anos letivos 2001/2002 e 2006/2007

Programa de História da Educação (Curso Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas em Administração Escolar e Administração Educacional) entre os anos letivos 2001/2002 e 2006/2007

Exames de Ciências da Educação I entre os anos letivos 1996/1997 e 2007/2008.

Provas de exame e testes de avaliação entre os anos letivos 1996/1997 e 2006/2007

Trabalhos de alunos entre os anos letivos 1996/1997 e 2006/2007

Processo individual docente e caderno de registo biográfico da Docente Cristina Maia

GUIAS DE CURSOS

GUIA DE CURSOS. Porto: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico do Porto, ano letivo 2001/2002.

GUIA DE CURSOS. Porto: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico do Porto, ano letivo 2003/2004.

BASES DE DADOS

Histórico cursos ESEPP

Livros de sumário entre os anos letivos 1996/1997 e 2006/2007

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

PORTUGAL. Decreto-Lei 513-T/79, de 26 de dezembro de 1979. Diário da República.

PORTUGAL. Decreto-Lei 46/85, de 22 de novembro de 1985. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria 352/86, de 8 de julho de 1986. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 579/86, de 7 de outubro de 1986. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria 834/89, de 22 de setembro de 1989. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 835/89, de 22 de setembro de 1989. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 836/89, de 22 de setembro de 1989. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria 758/94 de 22, de agosto de 1994. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 627/89, de 7 de agosto de 1989. Diário da República.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 95/97 de 23 de Abril de 1997. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria 437/97, de 2 de julho de 1997. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 994/2000, de 17 de outubro de 2000. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria 23/2002, de 4 de janeiro de 2002. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 537/2000, de 02 de agosto de 2000. Diário da República.

PORTUGAL. Decreto-Lei 46/86, de 14 outubro de 1986. Diário da República.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 115/97, de 19 de setembro de 1997. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 1002/00, de 18 de outubro de 2000. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 413 – M/98, de 17 de julho de 1998. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 281 – B/99, de 24 de abril de 1999. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 532-C/ 2000, de 31 de julho de 2000. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 532-D/ 2000, de 31 de julho de 2000. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 281 – B/99, de 24 de Abril de 1999. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 388/2001, de 14 de abril de 2001. Diário da República.

PORTUGAL. Portaria n.º 383/2001, de 12 de abril de 2001. Diário da República.